CACAU

Cinco países (Brasil, Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Camarões) respondem por 77% da produção mundial de cacau. A participação das lavouras africanas vem diminuindo, há dez anos, enquanto aumenta a da Malaísia. Em setembro, termina o prazo de vigência do Acordo Internacional do Cacau, havendo a expectativa de que seu texto seja renovado por mais um ano.

Produção brasileira

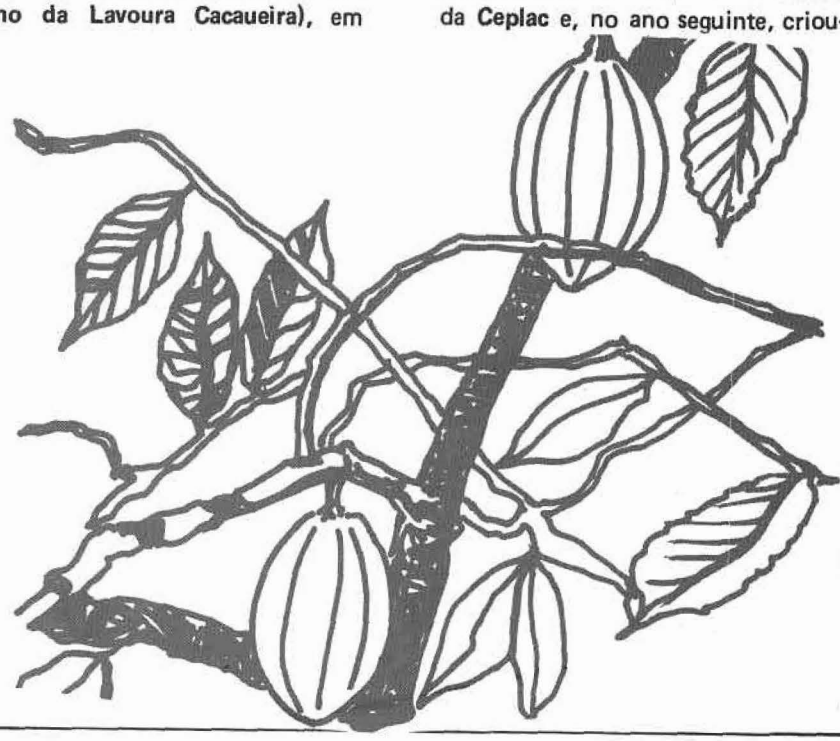
Originário da América Central, o cacaueiro foi levado para o Norte da América do Sul, fixando-se na bacia Amazônica, onde já foi encontrado pelos colonizadores portugueses. Somente em 1746, sementes de cacau foram conduzidas do Pará para a Bahia, sendo inicialmente plantadas na região de Canavieiras e, posteriormente, na capitania de Ilhéus. É interessante acrescentar que, somente em fins do século passado, começou o cacau a ser cultivado na África, onde encontrou excelentes condições para seu desenvolvimento e de tal modo que, já no início do século XX, desbancou a produção do continente americano. Ainda assim, a cacauicultura tornou-se a principal atividade agrícola baiana, determinando uma série de transformações na região, na qual se assentou, com a construção da estrada de ferro Ilhéus-Itabuna, embarques diretos de Ilhéus para os mercados externos e a instalação da primeira indústria transformadora. A depressão mundial de 1929 teve profundas repercussões sobre a economia regional e levou, em 1931, à criação do **Instituto de Cacau da Bahia.**

No início do período aqui considerado (1950-85), a produção de cacau atravessava novamente uma crise profunda.

Os anos da guerra desestruturaram o mercado mundial do produto, devido a dificuldades de transporte, fechamento de fábricas na Europa e racionamento do consumo. As bolsas de cacau de **Nova Iorque** e **Londres** se mantiveram fechadas por alguns anos. Estes fatos contribuíram para o desestímulo à atividade, agravado, no caso brasileiro, pela má orientação da política oficial.

Na década de 50, a produção extremamente irregular, com secas em 1951 e 1952 e chuvas excessivas em 1957 e 1958, além de alta incidência da **podridão parda**, foram alguns dos fatores que contribuíram para isso. Em 1956, a queda das cotações internacionais aprofundou a crise e levou à criação da **Ceplac (Comissão Executiva do Plano Econômico — Rural da Lavoura Cacaueira**, hoje denominada **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira)**, em 20/02/57. A **Ceplac** deveria prover assistência financeira aos cacauicultores cujos débitos excediam sua capacidade de pagamento e, num prazo mais longo, reorganizar a atividade, modernizando-a.

Inicialmente, a atividade da **Ceplac** se destinou mais a prestar assistência financeira aos produtores em dificuldades, dada a precariedade dos conhecimentos técnicos existentes sobre a região. Em 1962, a **Ceplac** passou a ser dotada de recursos provenientes da retenção de 15% da receita gerada pelas exportações de cacau em amêndoas e de 5% sobre a dos derivados (**Decreto** nº 539, de 23/01/62, e **Instruções** nºs 217, 236 e 241, da **Sumoc**). Em 1963, foi criado o **Centro de Pesquisas do Cacau**, da **Ceplac** e, no ano seguinte, criou-



BIBLIOTECA [illegible]
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

-se o **Departamento de Crédito e Extensão**, para ampliar as atividades de assistência técnica, que já vinham sendo prestadas pela **Comissão**.

Até 1977, a **Ceplac** tinha efetuado combate às pragas dos cacauais em cerca de 323 mil ha/ano, controlado a **podridão parda** em 76 mil ha, realizado adubação e calagem em 17 mil ha e distribuído 250 milhões de sementes para novos plantios, além de diversas outras atividades, tanto de pesquisa agronômica quanto de treinamento de mão-de-obra, apoio creditício (a partir de 1970 em articulação com a rede bancária) e outras.

Em 1976, a **Ceplac** lançou o **Procacau (Programa Nacional de Expansão da Cacauicultura)**, com vistas à implantação de 300 mil ha de cacau e renovação de 150 mil ha nos estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e outros, o que, segundo as projeções do **Programa**, elevaria a produção do país para 700 mil t, em 1993/94, e transformaria o Brasil no primeiro produtor mundial de cacau em amêndoas.

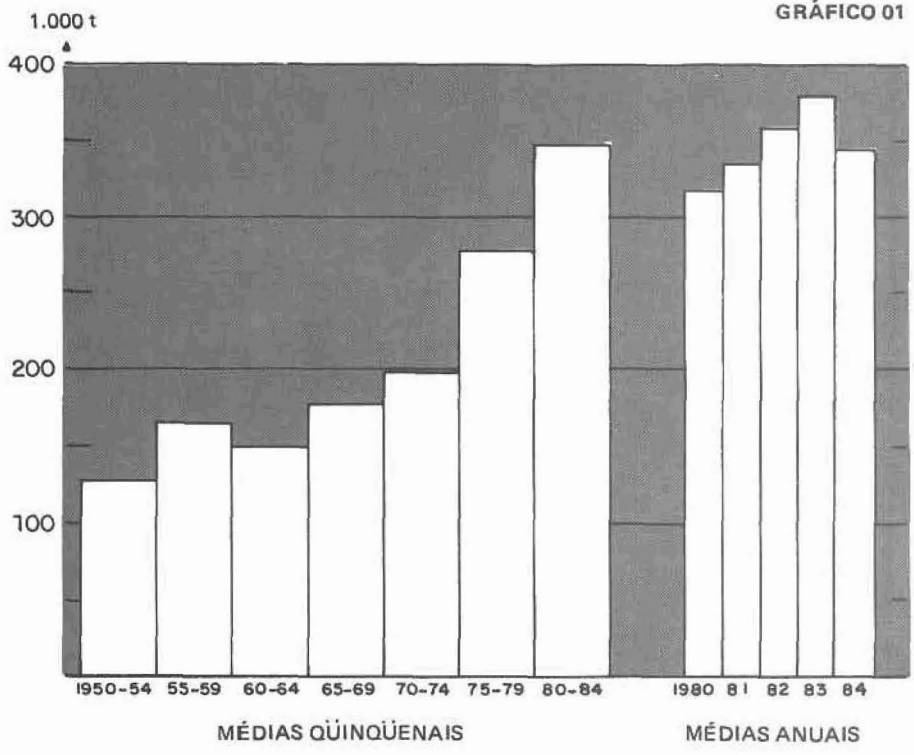
As metas globais do **Procacau**, cuja implantação deveria estar concluída em 1985, sofreram ao longo dos anos modificações decorrentes da conjuntura enfrentada (preços do cacau, condições climáticas adversas, redução dos recursos financeiros disponíveis para o Programa).

A produção de cacau (ver Gráfico 01) se concentra no estado da Bahia, que, segundo o censo de 1980, produziu 93% do total do país. O Quadro 01 mostra como a produção de cacau e o número de pés existentes se distribuíram no ano censitário. É interessante observar que, nos estados da região Norte, nota-se dinamismo na atividade, com os pés novos correspondendo a mais da metade dos pés existentes, enquanto, no Espírito Santo, apenas 25% dos pés são novos.

Estudo feito pela **Ceplac**, em 1979, mostra que na área cacaueira da Bahia, onde se concentram 70% da produção estadual, existiam naquele ano 14.176 propriedades dedicadas à atividade, das quais 13.129 em produção. Destas últimas, 55% produziam menos de 600 @/propriedade. Segundo classificação da **Ceplac**, as propriedades com produção de até 400 @ podem ser consideradas **buraras** (pequenas roças); aquelas de 401 a 1.500 @' pequenas propriedades, de 1.501 a 6.000 @ médias e,

BRASIL – PRODUÇÃO DE CACAU – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 E 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984

GRÁFICO 01



FONTE – Cacex.

QUADRO 01 – BRASIL – PRODUÇÃO E NÚMERO DE PÉS DE CACAU – 1980

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO (t)	Nº DE PÉS EXISTENTES (mil)	
		Total	Em idade produtiva
Rondônia	2.974	31.732	12.953
Amazonas	1.048	5.504	1.156
Pará	8.241	37.331	18.127
Bahia	328.608	619.098	434.856
Espírito Santo	11.985	16.669	12.542
Outros	142	9.302	412
BRASIL	352.998	719.636	480.046

FONTE – IBGE – Censo Agropecuário, 1980.

QUADRO 02 – BAHIA – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PROPRIEDADES, ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO CACAU, SEGUNDO ESTRATOS DE PRODUÇÃO 1979

ESTRATOS DE PRODUÇÃO (@)	Nº DE PROPRIEDADES	ÁREA OCUPADA (ha)	PRODUÇÃO (@)	RENDIMENTO (@/ha)
Até 400	5.703	33.432	1.077.509	32
De 401 a 1.500	4.616	95.230	3.987.101	42
De 1.501 a 6.000	2.424	149.343	7.108.896	48
De 6.001 a mais	386	79.980	3.959.140	50
TOTAL	13.129	357.985	16.132.646	45

FONTE – VERGARA, Júlio R. A. et allii. Aspectos da Distribuição da Produção e Área de Cacau da Bahia – Ceplac, Boletim Técnico nº 75 – Bahia, 1980.

com mais de 6.000 @, grandes propriedades. O Quadro 02 apresenta dados de área ocupada com pés em idade produtiva, produção e produtividade das propriedades, segundo aquela classificação. Os dados publicados pela **Comissão** não permitem conhecer, com o mesmo desdobramento, a área total das propriedades, mas para a região como um todo, as 14.176 propriedades tinham um total de 436.682 ha com cacau, dos quais 18% em desenvolvimento.

Os dados do Quadro 02 permitem, também, observar que o rendimento agrícola médio do cacau baiano é bastante elevado (45 @, ou 675 kg/ha), em termos nacionais e internacionais.

Quanto à comercialização, os dados do Censo de 1980 indicam que, na Bahia, 32% do total são entregues às cooperativas, 7% às indústrias e 58% a intermediários. No Espírito Santo, 89% são entregues a intermediários e 10% às indústrias. Nos estados do Norte igualmente predomina a comercialização através de intermediários e, no Pará e Rondônia há, também, participação ativa das cooperativas, sendo pouco vendido através das indústrias. De qualquer forma, a produção brasileira de cacau se destina, principalmente, ao mercado externo, seja sob a forma de amêndoa, seja após algum tipo de transformação.

Exportações brasileiras

Nos últimos 35 anos, o cacau participou com cerca de 4% do valor total das exportações brasileiras. A participação tem sido, contudo, bastante oscilante, passando de um máximo de 10%, em 1954, a um mínimo de 2%, em 1982, devido, sobretudo, à diversificação da pauta de exportações, pois, como mostra o Gráfico 02, a receita gerada pelo cacau em amêndoas e seus derivados apresentou crescimento expressivo nos anos de 1975 a 1979.

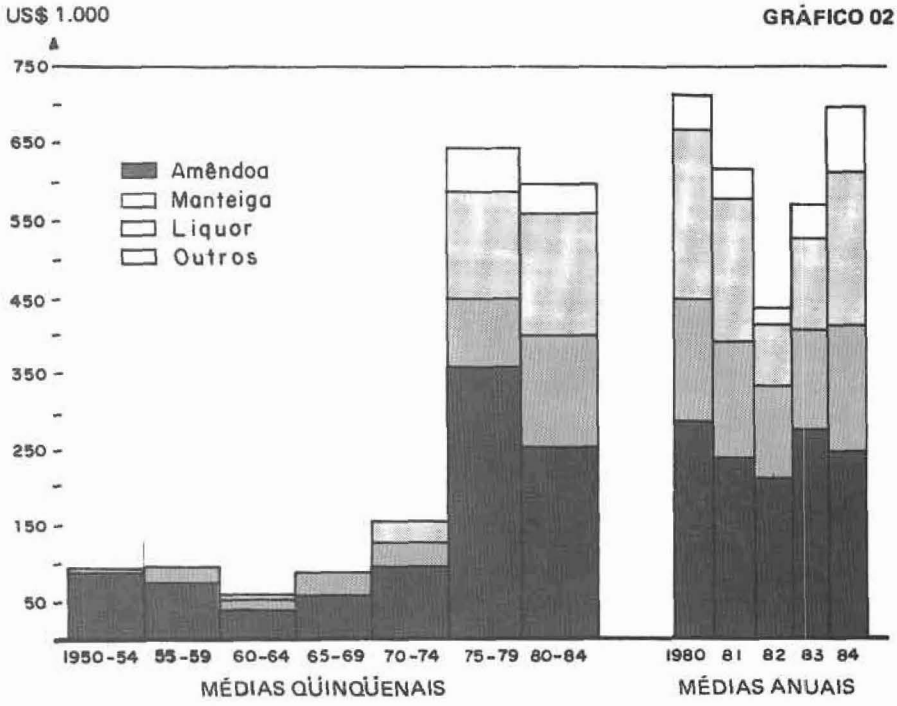
A partir de 1965, as quantidades de cacau exportadas (ver Gráfico 03) foram, em termos médios, crescentes. Ainda mais quando, no início dos anos 80, suas cotações declinaram, em relação aos elevadíssimos níveis registrados no qüinqüênio precedente. O crescimento da quantidade exportada impediu maior declínio da receita auferida.

Podem-se ainda observar outros aspectos do dinamismo das vendas externas brasileiras.

Até 1970, as exportações se compunham, basicamente, de cacau em amêndoa e de manteiga de cacau. Contudo, a partir de 1970, observa-se a crescente participação do **liquor**, que, no período 1980-84, participou

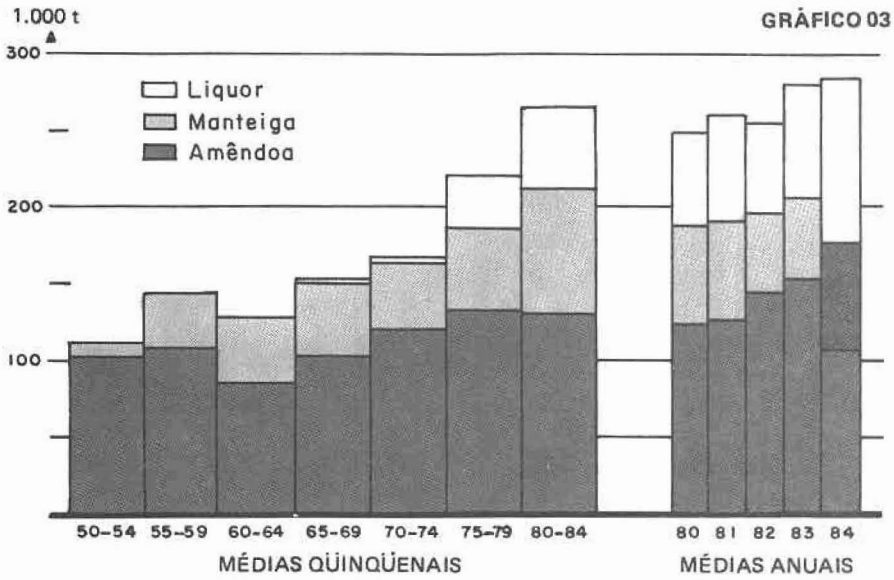
BRASIL – VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU EM AMÊNDOA E DERIVADOS – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 E 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984

GRÁFICO 02



FONTE – Cacex.

BRASIL – EXPORTAÇÕES DE CACAU – QUANTIDADE EM EQUIVALENTE AMÊNDOA – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 E 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984



FONTE – Suplan e IBGE.

com 25% da quantidade total(1) exportada e 27% da receita cambial auferida.

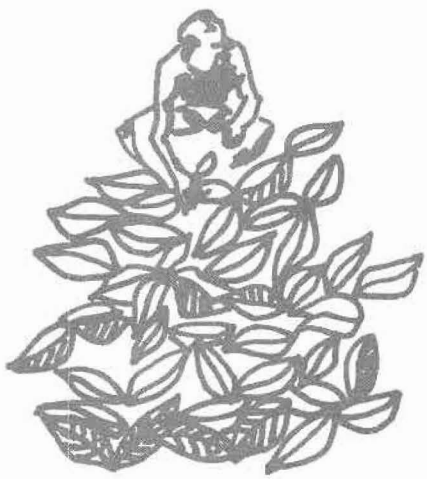
Este desempenho parece, também, contradizer estudos divulgados, que afirmam ser mais vantajosa a exportação de cacau em amêndoa do que a de seus derivados. Isso poderia ser válido se as exportações de derivados se concentrassem na manteiga de cacau, mas não se aplicaria ao caso do **liquor**. Trata-se, contudo, de questão delicada, pois no mercado mundial, as variações da oferta brasileira podem ter repercussões fortes sobre os preços relativos. O Quadro 03 apresenta a participação brasileira nas exportações mundiais de amêndoa, manteiga e **liquor** nos anos mais recentes.

A expansão das vendas externas de derivados de cacau pode, em grande parte, ser atribuída à instalação, a partir do início dos anos 70, de modernas fábricas, associadas a tradicionais multinacionais do ramo. As exportações de manufaturados têm incentivos, como a isenção do pagamento do **ICM** e crédito-prêmio do **IPI** (este último em vias de total extinção). Estes fatos provocaram, sobretudo na segunda metade da década de 70, acirradas controvérsias com as associações de exportadores de amêndoas, que se julgaram prejudicadas. Por outro lado, como acontece no caso de exportações de outros produtos de origem agrícola, as vendas de derivados de cacau estão sujeitas a restrições por parte dos países importadores que, através de taxação, procuram proteger sua própria indústria. Do total de amêndoas exportadas nos últimos cinco anos, 21% se destinaram aos **Estados Unidos da América**, 20% à **União soviética**, 13% à **Espanha**, 9% à **Holanda** e 8% à **Alemanha** (República Federal). As exportações de manteiga de cacau, no mesmo período, concentraram-se na **Holanda** (23%) e nos **Estados Unidos da América** (46%). As vendas externas de **liquor** se distribuíram entre **Estados Unidos da América** (30%), **Polônia** (24%) e **União Soviética** (22%).

Embora se trate de produtos com menor expressão no conjunto das exportações brasileiras, é interessante registrar que, no mesmo período, 64% das exportações de cacau em pó e torta de cacau se destinaram aos **Estados Unidos da América** e que o **Japão** foi responsável pela aquisição de 77% do chocolate exportado.

Preços

Os preços do cacau em amêndoa são fortemente influenciados, em prazos mais longos, pela situação dos estoques mundiais. No curto prazo, as influências mais importantes partem da evolução da demanda e da oferta, não só do produto genericamente, como, também, das diversas origens, e das relações que o mercado estabelece entre a disponibilidade da amêndoa e dos vários subprodutos.



(1) Evidentemente, uma comparação entre quantidades de cacau, no caso dos derivados, deve levar em consideração o conteúdo em amêndoas dos derivados. Para fins de agregação, tomou-se, portanto, a quantidade de manteiga de cacau e **liquor** *em termos de equivalente amêndoa, usando-se os coeficientes 0,376 e 0,800, respectivamente. Se, no caso da receita cambial, também se tomar a receita gerada por amêndoas, manteiga de cacau e* **liquor**, *a participação deste último na receita auferida é ainda mais expressiva, 35% desse total.*

QUADRO 03 – PAÍSES SELECIONADOS – PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CACAU EM AMÊNDOA, MANTEIGA DE CACAU E LIQUOR

ANO COMERCIAL	CACAU EM AMÊNDOA PARTICIPAÇÃO (%)					MANTEIGA DE CACAU PARTICIPAÇÃO (%)				LIQUOR PARTICIPAÇÃO (%)			
	Total Mundial (mil t)	Costa do Marfim	Brasil	Gana	Nigéria	Total Mundial (mil t)	Brasil	Holanda	Rep. Fed. Alemanha	Total Mundial (mil t)	Brasil	Equador	Costa do Marfim
1979/80	972	24	14	20	14	177	13	31	11	149	45	32	9
1980/81	1.096	37	12	17	7	181	15	28	12	142	48	23	13
1981/82	1.140	38	11	16	10	196	13	29	12	100	47	10	15
1982/83	1.137	26	13	14	18	211	13	31	12	105	46	1	19
1983/84	1.053	32	12	12	10	231	16	31	13	125	50	2	17

FONTE – ICCO – Estatísticas del Cacao.

O fato de que, num dado momento, o preço da manteiga de cacau pode estar muito mais caro (ou mais barato) do que seu equivalente em amêndoas pode levar os compradores a preferir (ou não) comprar amêndoas, mesmo que isso implique em pagar por outro subproduto (a torta ou pó de cacau) não desejado. Estas situações, por sua vez, podem levar a que se formem no mercado estoques de um dos subprodutos capazes de afetar seu preço e, portanto, a relação amêndoas/subproduto (a **ratio**), o que determinará alterações na composição dos produtos à base de cacau, interferindo, ainda, no próprio preço da amêndoa.

Além destas relações, que se estabelecem entre os preços da amêndoa e de seus subprodutos, há que se considerar a possibilidade de se alterar a composição dos produtos à base de cacau, lançando mão de ingredientes complementares, como açúcar, leite, frutas cristalizadas e recheios diversos, e que terminam por interferir nas proporções dos derivados de cacau (**liquor**, manteiga e pó), usados na produção do chocolate e influenciando tanto seus próprios preços quanto os da amêndoa.

Estes fatores se prendem basicamente ao mercado do produto ou, no jargão dos analistas, aos **fundamentos** do mercado. Há, contudo, que se considerar que o cacau em amêndoa é também objeto de contratos futuros nas principais bolsas de mercadorias mundiais, o que implica que se sujeita a influências de outro tipo, que muitas vezes pouco têm a ver com o que ocorre no mercado físico do cacau. A complexidade do mercado de **commodities** se acentuou bastante na década de 70, quando crises no sistema internacional de câmbio e o súbito aumento dos preços do petróleo afastaram os investidores de aplicações financeiras tradicionais e os levaram a utilizar o mercado de **commodities** como uma alternativa mais segura. Com isto, as cotações do cacau, como das demais **commodities**, passaram a sofrer a influência de ocorrências que anteriormente se restringiam aos mercados financeiros, o que contribuiu para aumentar as oscilações dos preços do cacau, no último qüinqüênio.

Os preços do cacau em amêndoa no nível do agricultor brasileiro refletem bastante aproximadamente os movimentos dos preços internacionais, uma vez que não há sobre eles interferência direta do governo. Entretanto, certas medidas, como eventuais impostos de exportação ou a política cambial, podem provocar um maior ou menor afastamento entre os preços recebidos pelos produtores e os preços do mercado internacional.

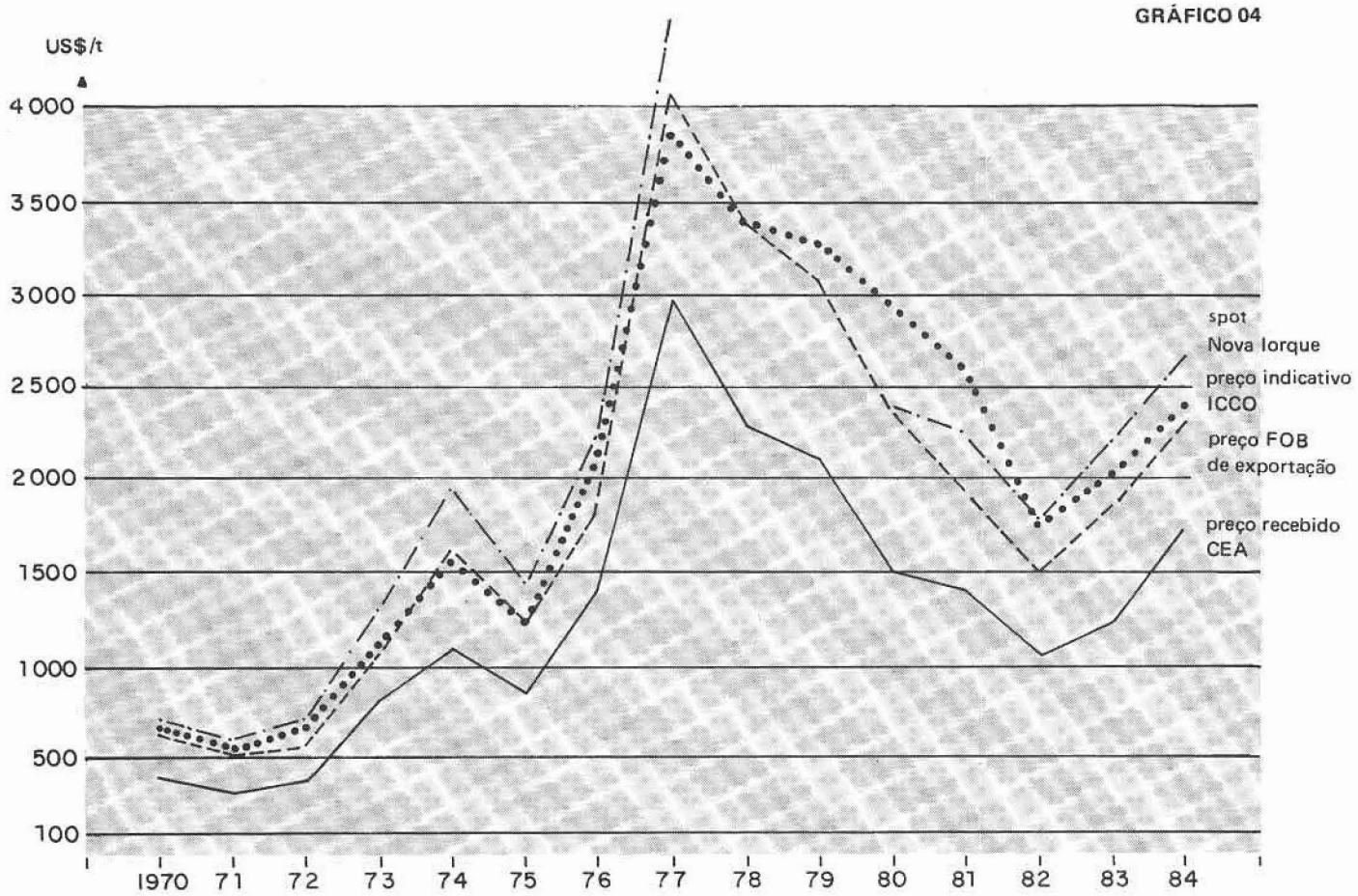
O Gráfico 04 mostra o comportamento dos preços do cacau em amêndoa no período mais recente, tanto no mercado interno (preços recebidos pelos agricultores), quanto no externo (preços médios das exportações brasileiras, preço do cacau da Bahia no mercado **spot** de Nova Iorque e preço indicativo da **ICCO**.

No período 1970-84, a comparação entre os preços médios recebidos pelos produtores de cacau da Bahia e os preços médios das exportações brasileiras de amêndoa indicam que os cacauicultores receberam 70% da cotação do produto exportado. Entretanto, a relação **preço recebido/preço médio** das exportações apresentou flutuações intensas, variando de 56%, em 1971, a 81%, em 1976, podendo-se dizer que, nos anos mais recentes, essa relação foi, na média, mais favorável ao cacauicultor do que no início da década de 70.

Por outro lado, a comparação entre o preço médio das exportações brasileiras e a cotação do cacau da Bahia, no mercado **spot** de Nova Iorque, indica que se vem estreitando o diferencial entre aquelas cotações. Assim, enquanto no período 1970-74 a cotação média **spot** Bahia, em Nova Iorque, superava em 20% o preço médio das exportações brasileiras, em 1980-84 era 13% inferior à média do

PREÇOS MÉDIOS ANUAIS DO CACAU EM AMÊNDOA – 1970–84

GRÁFICO 04



FONTE – Cacex, FGV/IBRE/CEA, ICCO e Gill & Duffus.
NOTA – Em 1978 e 1979, houve paralisação do mercado spot em Nova Iorque.

mercado **spot.**

Outro indicador da situação favorável ao produto brasileiro no mercado internacional é a diferença entre os preços do cacau da Bahia e do cacau africano, representado pela cotação do produto tipo **Gana,** no mercado **spot** de Nova Iorque. Em 1970-74, a cotação média de ambos os tipos foi de US$ 1.049/t para o **Bahia** e US$ 1.124 para o **Gana;** na média 1980-84, registrou-se US$ 2.248/t e US$ 2.212/t, respectivamente.

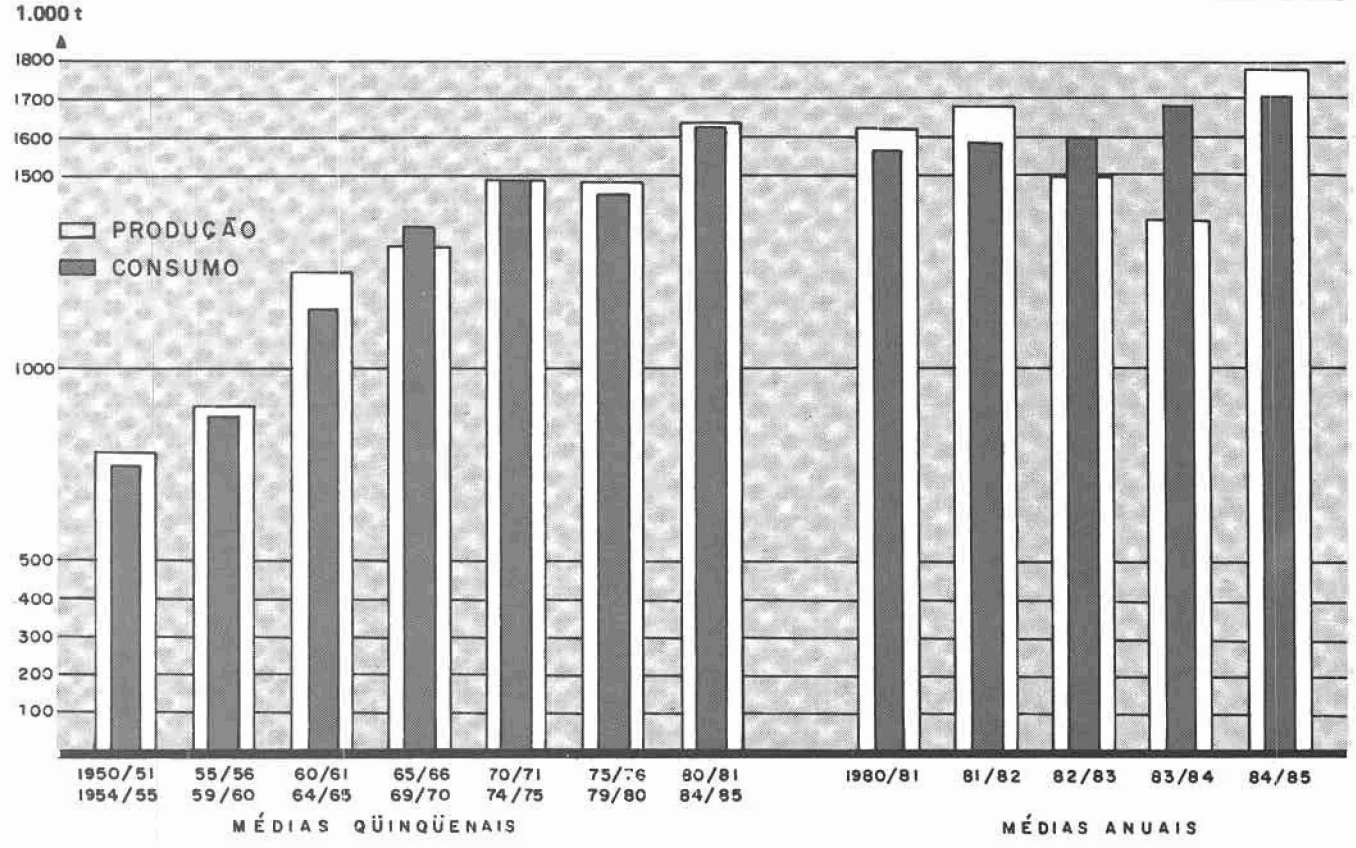
Em setembro de 1985, termina a vigência de mais um **Acordo Internacional do Cacau** e, desde o ano passado, desenvolveram-se entendimentos entre países produtores e consumidores para negociar outro **Acordo.** Este é, pois, o momento oportuno para se fazer uma revisão de alguns dos aspectos da economia cacaueira mundial, nas últimas décadas.

Mercado mundial

Os dados até agora disponíveis indicam que a produção mundial se recuperou das adversidades registradas nos anos-safras (internacionais) de 1982/83 e 1983/84, de forma que a produção desta primeira metade da década de 80 deverá, na média, registrar crescimento em relação à da década de 70. O consumo, repre-

PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAIS DE CACAU – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950/51 E 1984/85 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980/81 A 1984/85

GRÁFICO 05



FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

sentado pelas moagens, no ano internacional 1984/85, deverá revelar ligeiro crescimento, o que assegurará a manutenção de níveis superiores aos registrados no qüinqüênio anterior.

Estes dados, como mostra o Gráfico 05, são, também, auspiciosos, quando confrontados com a evolução do mercado num período mais longo. Contudo, a recuperação dos estoques mundiais, em 1984/85, indica que os preços não apresentam perspectivas de altas substanciais no médio prazo. Os Gráficos 06 e 07 mostram a forte correlação existente entre os preços do cacau e o nível dos estoques mundiais. Isto indica que o fator determinante da evolução dos preços do cacau, no médio prazo, é a diferença entre as taxas de crescimento de produção e moagens. No qüinqüênio 1980/85, segundo as informações disponíveis, a produção deverá registrar crescimento de 10%, enquanto o acréscimo das moagens será de cerca de 12,6%. Entretanto, o nível absoluto dos estoques está se recuperando.

Sabidamente, o cacau é uma lavoura permanente e, portanto, a expansão do potencial produtivo (novos plantios ou renovação de culturas já envelhecidas) tende a apresentar resultados bastante defasados em relação às circunstâncias que a determinaram. Sem dúvida, ocorrem flutuações na produção anual, mas estas advêm, em geral, de fatores climáticos ou de maior, ou menor, cuidado nos tratos culturais. O crescimento da produção no período 1980/85 resultou da euforia provocada pela evolução dos preços nos anos 1975/77.

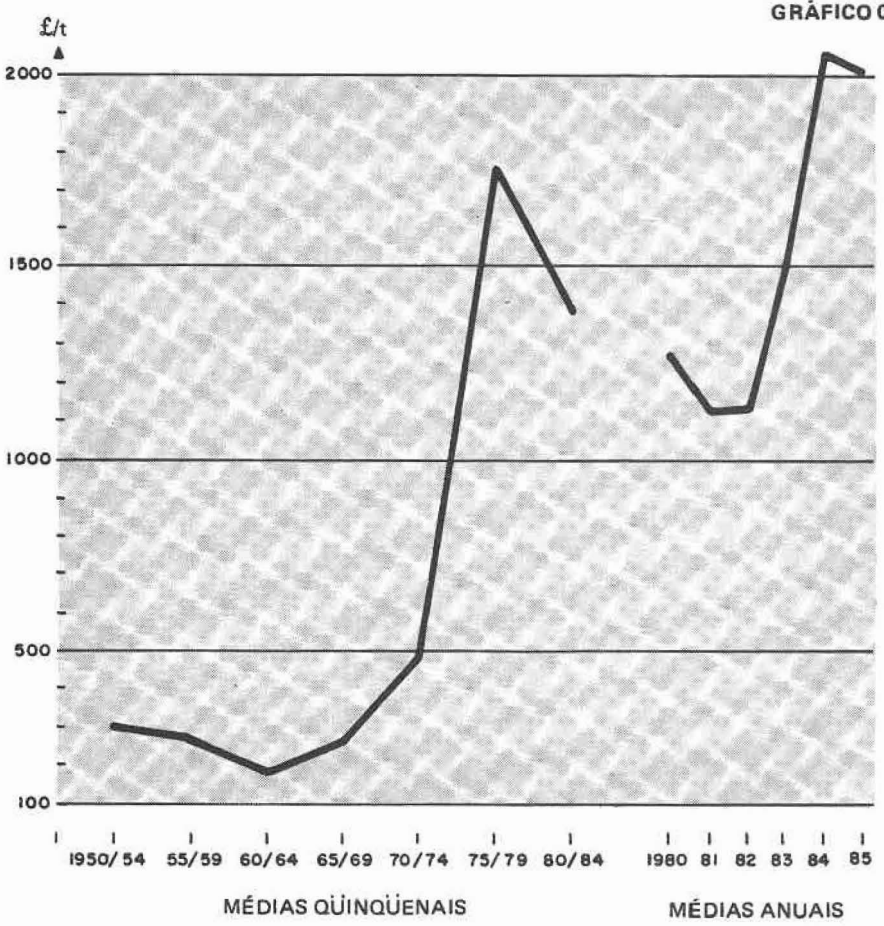
Por outro lado, o consumo do cacau é fortemente influenciado por fases de melhoria da atividade econômica em geral: maiores níveis de renda real *per capita* incentivam o consumo do chocolate e do uso de cosméticos, para os quais a manteiga de cacau é importante matéria-prima. Do lado do consumo há, ainda, que se considerar a complexidade do uso industrial dos derivados de cacau.

No que diz respeito ao chocolate, em sua fabricação entram a manteiga de cacau, a pasta ou **liquor** e o cacau em pó, além de outros ingredientes como açúcar, leite e recheios diversos.

A pasta, que resulta da moagem das amêndoas e contém altos percen-

PREÇOS DO CACAU DE ORIGEM AFRICANA NO MERCADO SPOT – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984

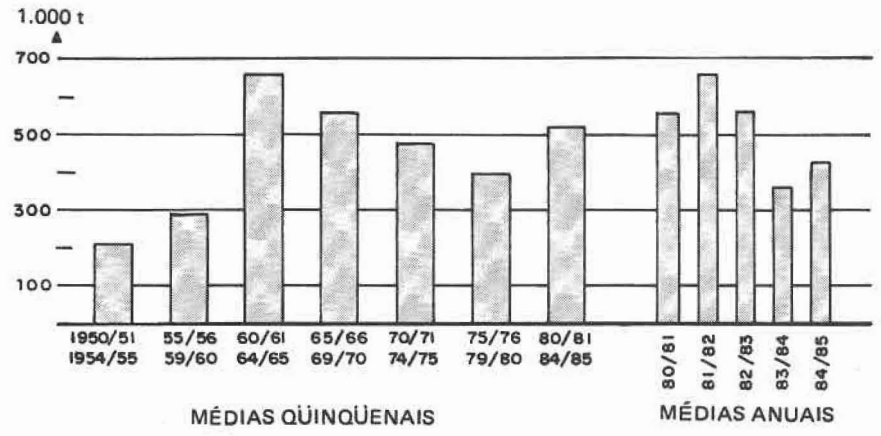
GRÁFICO 06



FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

ESTOQUE MUNDIAL DE CACAU – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950/51 E 1984/85 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980/81 A 1984/85

GRÁFICO 07



FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

tuais de manteiga, pode ser usada diretamente na fabricação de chocolate ou sujeita à pressão hidráulica para a separação da manteiga e do pó. A manteiga de cacau é uma das gorduras mais estáveis que se conhece, mantendo-se firme à temperatura ambiente e derretendo-se sob temperaturas ligeiramente mais elevadas, contendo elementos antioxidantes que lhe proporcionam boa conservação por dois a cinco anos. Para a fabricação do chocolate em barras é necessário acrescentar ao **liquor** quantidades adicionais de manteiga de cacau ou substituí-la por outras gorduras. Estas podem ser classificadas em **equivalentes, substitutos propriamente ditos** e **melhoradores.** Os **equivalentes** são gorduras vegetais que, em seu estado natural, muito se assemelham à manteiga de cacau, e que, sendo compatíveis com a mesma, podem ser misturadas (por exemplo, caroço de manga). Os **substitutos propriamente ditos** são o resultado do processamento de gorduras vegetais, como óleo de soja ou de coco, mas, em geral, não são compatíveis com a manteiga de cacau, devendo, portanto, substituí-la completamente. Os **melhoradores,** tanto podem ser **substitutos propriamente ditos** quanto **equivalentes,** mas devem sempre ser compatíveis com a manteiga e destinam-se a alterar certas características do chocolate, a fim de atender requisitos do produto final, como coberturas e sorvetes. Os **substitutos** em geral alteram o sabor do chocolate e em diversos países seu uso é proibido.

Assim, em resposta à elevação de preços, os consumidores podem recorrer ao uso de **substitutos** de manteiga de cacau (desde que a legislação o permita) ou mudar o tipo de produto fabricado, acrescentando mais açúcar e/ou recheios diversos. Em geral, qualquer destas alterações também não é facilmente reversível, contribuindo para certa rigidez da demanda, quando a produção de cacau cresce e os preços da amêndoa caem.

Entretanto, como o cacau em pó ainda não tem substitutos, abre-se a possibilidade de grandes diferenças na evolução dos preços da amêndoa e de seus derivados.

A produção mundial de cacau se concentra em cinco países (**Brasil, Costa do Marfim, Gana, Nigéria** e **República dos Camarões**), que, conjuntamente, participam com 77% da produção mundial. O restante se distribui em áreas tropicais de outros países da África, América Central e do Sul, Ásia e Oceania. O Quadro 04 relaciona a participação percentual no total mundial, no período 1950/51 a 1984/85.

A importância da África declinou nos dois últimos qüinqüênios, enquanto a do **Brasil** foi crescente, a partir de 1970. As produções de **Gana** e **Nigéria** diminuíram nos últimos quinze anos, em virtude da instabilidade política, num caso, e do abandono das atividades agrícolas em favor da produção de petróleo, no outro. Quanto à **Costa do Marfim**, é preciso observar com cuidado sua maior influência no total mundial: embora as estatísticas indiquem crescimento expressivo de sua produção, alguns observadores acreditam que ele se deve, também, à exportação ilegal de boa parte da safra de **Gana** através de seu território. Aí vigora um regime de preços livres, em contraste com **Gana**, onde os agricultores recebem o preço fixado pelo governo, independentemente do mercado internacional.

A partir da segunda metade da década de 70, houve considerável expansão da lavoura cacaueira na **Malaísia**, cuja participação no total mundial passou de menos de 1%, em 1974/75, para 5,5%, em 1984/85.

Em todos os países produtores, a produção de cacau se destina, principalmente, à exportação para os países industrializados.

No que se refere às moagens de cacau em amêndoa, isto é, sua transformação em manteiga ou pasta (**liquor**), nas últimas décadas, ocorreu uma mudança sensível em sua distribuição espacial. Tradicionalmente, os países produtores exportavam as amêndoas, que eram esmagadas em países industrializados, como **Grã-Bretanha, Holanda** ou **Suíça**,



sendo os derivados então transformados em chocolate, ou reexportados. Dentre as razões alegadas para este fato, estava a de que os processos industriais mais precários dos países produtores prejudicavam o sabor do produto final e a conveniência de se misturarem amêndoas de várias origens, que contribuiriam para caracterizar os produtos finais. No qüinqüênio 1960-64, apenas 15% da produção mundial de amêndoas foram moídas na origem; em 1982-84, esse percentual cresceu para 31%. Diversos fatores contribuíram para isso. De um lado, os países produtores procuraram

QUADRO 04 – PRODUÇÃO MUNDIAL DE CACAU – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES NO TOTAL MUNDIAL – MÉDIAS QÜINQÜENAIS DE 1950/51 A 1984/85 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980/81 A 1984/85

PERÍODO	TOTAL MUNDIAL (mil t)	CAMARÕES (%)	GANA (%)	COSTA DO MARFIM (%)	NIGÉRIA (%)	BRASIL (%)
Médias Qüinqüenais						
1950/51–1954/55	776	6,9	30,1	7,7	13,5	17,0
1955/56–1959/60	906	6,7	28,7	6,8	14,0	19,3
1960/61–1964/65	1.253	6,4	36,7	8,4	17,4	10,0
1965/66–1969/70	1.322	7,1	29,9	11,1	16,7	13,0
1970/71–1974/75	1.495	7,6	26,7	13,9	16,4	13,9
1975/76–1979/80	1.495	6,9	20,3	19,5	11,9	18,5
1980/81–1984/85	1.646	6,9	12,0	25,8	9,2	20,6
Médias Anuais						
1980/81	1.658	7,2	15,6	24,3	9,4	21,1
1981/82	1.721	7,1	13,1	26,6	10,5	18,3
1982/83	1.534	6,9	11,6	23,1	10,2	21,9
1983/84	1.516	7,1	10,5	26,7	7,6	19,9
1984/85	1.803	6,3	9,4	28,0	8,3	22,0

FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

tirar vantagem da exportação de produtos semimanufaturados – manteiga de cacau e pasta – com maior valor adicionado. De outro lado, a elevação dos custos financeiros da estocagem auxiliou a que os países industrializados encontrassem vantagem em importar uma matéria-prima semiprocessada, transferindo o custo da manutenção dos estoques para os países produtores, ao tempo em que reduziam os custos de transporte.

A abertura proporcionada aos países consumidores pela possibilidade de atender suas necessidades através de três alternativas – importação de cacau em amêndoa, importação de semimanufaturados e alteração da composição dos produtos finais – tornou, na década de 70, bem mais **volátil** o mercado internacional. Cresceu a importância, simultaneamente, de dois outros indicadores de mercado: os **ratios** manteiga/amêndoa e cacau em pó/amêndoa.

De uma tonelada de cacau em amêndoa obtém-se 740 kg de manteiga de cacau ou 790 kg de pasta. Deste modo, para que fosse indiferente ao consumidor industrial a opção entre a compra de cacau em amêndoa ou a dos derivados, a **ratio** deveria ser de 1,35, isto é, o preço da t de manteiga de cacau deveria superar o da t de amêndoa apenas em 35%, refletindo o coeficiente de transformação técnica. Na prática, dificilmente isto ocorre[2] e a observação de uma longa série de preços de manteiga de cacau e amêndoa, no mercado **spot** de Londres, indica que a **ratio** manteiga/amêndoa se situa em torno de 2,1, variando de um máximo de 2,88, em 1982, a um mínimo de 1,01, em 1977 (ver Quadro 05).

(2) Entre outros fatores, isto decorre da diferença nos custos de transporte da amêndoa e dos derivados e do período de estocagem, que é maior no caso dos derivados.

QUADRO 05 – PREÇOS DO CACAU EM AMÊNDOA, DA MANTEIGA DE CACAU E RATIO NO MERCADO DE LONDRES – MÉDIAS QÜINQÜENAIS ENTRE 1950 E 1984 E MÉDIAS ANUAIS DE 1980 A 1984

PERÍODO	PREÇOS (£/t) Amêndoa	Manteiga	RATIO
Médias Qüinqüenais			
1950–54	305	684	2,3
1955–59	277	563	2,0
1960–64	192	435	2,3
1965–69	261	574	2,2
1970–74	477	958	2,1
1975–79	1.760	2.562	1,6
1980–84	1.400	3.048	2,2
Médias Anuais			
1980	1.270	2.620	2,1
1981	1.127	2.785	2,5
1982	1.033	2.670	2,6
1983	1.502	3.040	2,0
1984	2.070	4.126	1,9

FONTE – Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

Acordos internacionais

Os **Acordos Internacionais do Cacau** surgiram no âmbito da **Unctad (Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento)**. Seus objetivos, como os de outros acordos relativos a matérias-primas são: a) impedir as excessivas flutuações de preços; b) minorar as dificuldades econômicas, decorrentes da dificuldade de obtenção de um equilíbrio entre oferta e procura através das forças de mercado; c) auxiliar os países produtores a obterem uma receita de exportação, contribuindo, assim, para proporcionar-lhes recursos para um desenvolvimento econômico acelerado e, ao mesmo tempo, assegurando aos países consumidores um abastecimento suficiente, a preços eqüitativos.

No caso do cacau, transcorreu longo período, entre 1963 e 1972, até que os países produtores e consumidores conseguissem chegar a um entendimento quanto às bases de um Acordo.

O primeiro **Acordo Internacional do Cacau**, estabelecido em 20/10/72, fixava o preço mínimo de 23 centavos de dólar/libra-peso e o preço máximo de 26 centavos; um sistema de quotas de exportação, um mecanismo de ajuste de quotas e um estoque regulador a ser financiado através da contribuição de 1 centavo de dólar sobre as exportações e importações de cacau em sua primeira entrada no comércio internacional. Para assegurar a aplicação das disposições do **Acordo** e controlar sua operação, foi criada a **Organização Internacional do Cacau (ICCO)**.

Para fins de acompanhamento dos preços do cacau em amêndoas, o **Acordo** estabeleceu os conceitos de **preço diário** e **preço indicativo**. O **preço diário** consiste na média, calculada diariamente, das cotações dos três **futuros** mais próximos da **Bolsa de Nova Iorque**, ao meio-dia, e no mercado de Londres, no seu fechamento, estas convertidas em centavos de dólar, à taxa diária de câmbio

futuro a seis meses, cotada em Londres, no fechamento. O **preço indicativo** foi definido como a média dos preços diários estabelecida com base num período de quinze dias úteis consecutivos (em certos casos, 22 dias). As diferenças registradas entre os preços máximos (ou mínimos) estipulados pelo **Acordo** e os preços indicativos servem para detonar os mecanismos destinados a ajustar os preços: liberação/redução das quotas de exportação ou compra e venda dos estoques reguladores.

O **Acordo**, cuja duração estava prevista para três anos, com opção para prorrogação por mais um ano, foi renegociado sucessivamente, embora, até 1980, seu papel fosse pouco efetivo, porque as cotações do mercado estavam em níveis bem superiores aos determinados para intervenção, impedindo o início da formação do estoque.

O terceiro **Acordo**, de 1980 (o segundo pouco diferiu do primeiro), entrou em vigor em 10/10/81 e manteve a capacidade máxima do estoque regulador (250 mil t). A contribuição de 1 centavo de dólar para sua formação também foi mantida (em 1982, foi elevada para 2 centavos de dólar). Como novidade, introduziu um sistema de ajustamentos semi-automáticos da faixa de variação dos preços. Esta foi estabelecida em um máximo de US$ 1,60/libra-peso e um mínimo de US$ 1/libra-peso, com preços de intervenção de US$ 1,50 e 1,10/libra-peso. Se o preço indicativo (nesta versão do **Acordo**, média de cinco dias ativos do mercado) da **ICCO** for igual ou menor do que US$ 1, o **Gerente do Estoque Regulador** dará início às compras para formação de estoques. Entretanto, se o preço indicativo cair abaixo do preço de intervenção inferior e, para provocar sua subida, o **Gerente do Estoque Regulador** tiver de comprar mais do que 100 mil t, o preço de intervenção inferior seria reduzido em quatro centavos de dólar. Se fossem necessárias, ainda assim, compras adicionais, atingidas as 175 mil t, o preço de intervenção seria reduzido de mais quatro centavos. Uma ação simétrica ocorreria caso o **Gerente do Estoque** tivesse de realizar vendas para frear um aumento de preços acima do limite superior de intervenção. Fica aberta a opção de o **Conselho da ICCO** impedir as reduções/acréscimos no valor das faixas de intervenção. As compras/vendas do estoque não podem exceder 10 mil t/dia, nem 35 mil t/semana.

O **Acordo**, ainda em vigor, não estabelece medidas adicionais para a manutenção dos preços (como quotas de exportação), esclarecendo que, uma vez atingido o limite de 250 mil t no estoque, se o preço não reagir, o **Conselho da ICCO** poderá, mediante votação especial, instituir medidas suplementares.

Até 1981, não teve início a formação do estoque regulador, pois os preços de mercado ficaram bem acima dos níveis previstos pelos sucessivos **Acordos**. Entretanto, nem mesmo as compras feitas após aquela data (e que, na verdade, foram de pouco mais de 100 mil t) conseguiram provocar reação dos preços para perto do limite superior da faixa de variação.

O estoque regulador só foi formado após 1981.

Como tem ocorrido ao longo da história do **Acordo**, produtores e consumidores guardam divergências profundas em relação à faixa de variação dos preços, que, para o próximo **Acordo**, foi preliminarmente proposta entre 90 e 140 centavos de dólar/libra-peso. Para se ter uma idéia do que isto representa, em termos da evolução do mercado, entre 1981 (janeiro) e 1985 (fevereiro), isto é, em um período de 49 meses, a cotação média dos três **futuros** mais próximos, na **Bolsa de Nova Iorque**, manteve-se dentro da faixa proposta em 25 meses e, nos 21 meses restantes, foi inferior ao limite inferior da faixa. Ainda assim, aquele intervalo (90/100 centavos de dólar) superava em 15 centavos a proposta inicial dos países consumidores e era 20 centavos inferior ao desejado pelos produtores. Não se tem notícia do andamento das dicussões acerca de outros pontos controvertidos do **Acordo**, como a localização dos estoques reguladores.

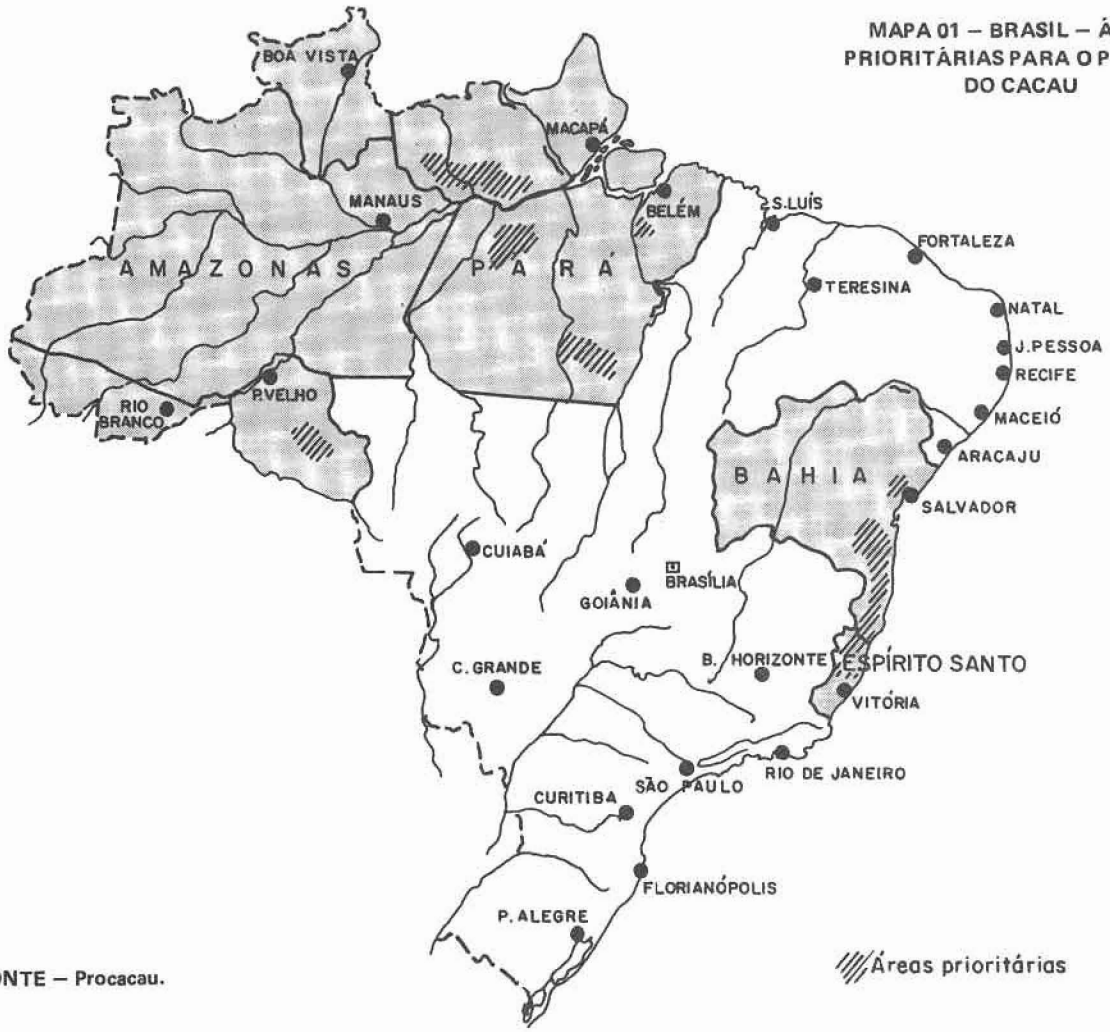
Perspectivas de curto prazo

As perspectivas para renovação do **Acordo Internacional do Cacau** são ainda muito nebulosas, sendo o mais provável que o de agora seja prorrogado por mais um ano, dando prazo maior para que consumidores e produtores possam acomodar suas divergências.

Os preços no mercado internacional deverão manter-se na faixa dos US$ 2.200/2.500, em função do crescimento esperado dos estoques mundiais. A taxa de crescimento das economias industrializadas e a flutuação das principais moedas em relação ao dólar serão fatores bastante importantes na determinação das cotações do cacau.

No que se refere às exportações brasileiras, seu valor nos primeiros cinco meses de 1985 foi 5% inferior ao de igual período no ano anterior, refletindo um declínio das cotações do cacau em amêndoa (−6%) e da pasta refinada (−8%), bem como na quantidade de pasta exportada (−16%). Contudo, estes números refletem também a reduzida safra de 1984. Para 1985, espera-se crescimento de 20% na produção de cacau em amêndoa, o que deverá permitir crescimento das quantidades exportadas e, se não houver deterioração adicional dos preços, recuperação da receita.

MAPA 01 – BRASIL – ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O PLANTIO DO CACAU



FONTE – Procacau.

É fato conhecido por todos os que usam estatísticas que os dados de fontes diversas, mesmo as mais fidedignas, são de difícil compatibilização, em razão das diferenças existentes entre métodos de coleta e processamento. Isto fica ainda mais evidente quando se trata de estatísticas agrícolas. Freqüentemente, a produção toma como referência temporal o ano agrícola, enquanto dados de preço e comércio internacional se referem ao ano civil ou, em certos casos, ao ano comercial. Quando se necessita reduzir todas as informações disponíveis a uma base comum, a questão dos critérios usados na construção das diferentes séries torna-se crítica e pode levar a consideráveis distorções. É preferível, portanto, usar dados de uma mesma fonte. No caso do cacau, para informações de mercado internacional algumas das fontes existentes são a **FAO, USDA, ICCO** e **Gill & Duffus.** Embora esta última seja uma empresa privada ligada ao mercado consumidor, usam-se os seus dados por permitirem a análise de uma série temporal mais longa, mais abrangente e mais atualizada, dentro de critérios uniformes.

No caso das informações referentes ao Brasil, utilizam-se as fontes nacionais (**IBGE, Cacex, Ceplac** e **Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getúlio Vargas**), exceto no caso em que as comparações com o mercado internacional aconselhem que se eleja outra fonte.

Quanto aos períodos de referência, tenha-se em mente que a produção mundial tradicionalmente é referida no ano comercial internacional, que vai de outubro a setembro.

No Brasil, adota-se, em certos casos, o ano cacaueiro, que vai de maio a abril e no qual se distinguem dois períodos distintos: o do **temporão** (maio a setembro) e o da safra **principal** (de outubro a abril). As estatísticas do **IBGE**, entretanto, por adotarem critério compatível com as demais estatísticas nacionais, se referem ao ano civil.

O ano cacaueiro brasileiro tem como padrão a produção baiana, sem dúvida a principal. Nos anos mais recentes, a produção da safra **temporã** da Bahia tem superado a da safra **principal**, o que contribui para realçar as peculiaridades das estatísticas do cacau.